

Por Fábio Moitinho

**Para aumentar a cobertura contra riscos climáticos, a proposta do governo é dividir a conta do subsídio com os fornecedores de insumos para o agronegócio**

O seguro rural ainda não desabrochou no Brasil. Dos 60,7 milhões de hectares de grãos cultivados na safra passada, apenas 5,6 milhões de hectares, ou 9,2%, estavam protegidos por algum tipo de apólice contra riscos climáticos. Já nos Estados Unidos, ocorre exatamente o inverso. Dos 128,8 milhões de hectares de grãos cultivados, 94,5% estão segurados. Uma das explicações para essa popularidade é que boa parte desse gasto é custeado pelo governo americano. Segundo dados do Departamento de Agricultura (USDA, na sigla em inglês), nesta safra foram empenhados US\$ 6,1 bilhões em subsídios. No Brasil, na safra de 2016/2017, o subsídio foi de R\$ 398,58 milhões, ou 42,6% dos R\$ 935,32 milhões auferidos em prêmios. Pelas cotações atuais da moeda americana, magros US\$ 127,2 milhões. “É um valor ainda baixo em relação a todo o potencial agrícola brasileiro, mas estamos tentando melhorar isso ano após ano”, diz Vitor Ozaki, diretor de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A partir de setembro, haverá uma nova tentativa de tirar os seguros rurais do atoleiro. Pelas atuais regras do seguro, a conta é dividida somente entre o agricultor e o governo. Além do subsídio estatal e dos recursos dos empresários do agronegócio, produtores e revendedores de insumos agrícolas, como defensivos e fertilizantes, poderão subvencionar as apólices. “A ideia é fomentar cada vez mais a participação da iniciativa privada na contratação do seguro, junto com o produtor”, afirma Ozaki. Na safra de 2016/2017, por exemplo, além dos recursos estatais, R\$ 536,74 milhões foram custeados pelos produtores rurais. Agora, com a entrada de mais personagens em cena, a conta pode ficar menos pesada no campo. Além disso, a expectativa é que os recursos à subvenção aumentem daqui para frente. Para testar esse novo modelo de operação, o governo criou um piloto no qual serão aplicados R\$ 2 milhões. “Não sabemos ainda o quanto esse modelo poderá significar em valores aos subsídios”, diz Osaki. “Vamos testar a reação do mercado.”

Com esse projeto, sai efetivamente do papel o primeiro plano do Grupo de Trabalho de Seguro Rural do País. Criado pelo Mapa em julho do ano passado, o comitê tinha por finalidade apresentar novas soluções para melhorar essa ferramenta no Brasil. O grupo é formado por dez representantes, entre entidades governamentais e de classe do setor, como a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg). Para Alysson Paolinelli, presidente da Abramilho, trata-se de um novo modelo de seguro, sem semelhanças com outros países. “Nos Estados Unidos, por exemplo, até pode haver negociações com as seguradoras, fora dos limites de cobertura com o governo, mas isso gera a abertura de outra apólice”, diz Paolinelli. **“Queremos integrar em uma única apólice o produtor, o governo, as seguradoras e as empresas, como as de insumos.”**

A adesão é livre. Segundo Paolinelli, uma das vantagens do projeto é que as negociações são regidas pelas leis de mercado. “O mercado é soberano”, diz ele. Com um volume baixo de recursos do governo, Paolinelli afirma que a ideia é direcionar essa fase de testes para apólices de soja e de milho. O rateio básico pode ser de 35% para o governo e 65% dividido entre o produtor e uma revendedora de insumos, por exemplo. Mas dependendo do tamanho do risco, o produtor poderá arcar com um porcentual maior. Fontes ouvidas pela DINHEIRO RURAL dizem que esse modelo já vem sendo praticado no País, muito timidamente para algumas apólices.

**INDENIZAÇÕES** Em dez anos, entre 2006 e 2015, o programa de subvenção ao seguro rural destinou R\$ 3,53 bilhões ao produtor. Isso é o que mostra o relatório mais recente da evolução das indenizações pagas no caso de açãoamento de sinistro no campo, apresentado pelo Mapa no fim

de agosto. “Com o estudo, passamos a ter uma noção mais clara sobre o seguro rural, especialmente quanto ao seu custo”, diz Ozaki. Pelo relatório, o preço cobrado pelas seguradoras está de acordo com as perdas apresentadas para cada lavoura. Sendo que as culturas de verão, a soja por exemplo, têm custos menores do que as culturas de inverno, como o trigo. Por exemplo, a média nacional do custo do seguro para a soja, na safra 2015/2016, foi de R\$ 71,58 por hectare, ao passo que a média nacional do trigo foi 38,2% maior, com R\$ 95,05 por hectare. “No Rio Grande do Sul, o trigo teve perdas em quase todos os anos da pesquisa”, afirma Ozaki. “Então, é natural que o seguro seja mais caro para essa cultura.”

O estudo também mostra que, em um cenário perfeito, no qual toda a área de grãos estivesse contemplada por um seguro contra risco de frustração de safra, seriam necessários R\$ 4,3 bilhões de subvenção para cobrir toda a área cultivada. O Brasil está a anos luz desse valor. Segundo Neri Geller, secretário de Política Agrícola do Mapa, o plano orçamentário nacional para 2018 só deve permitir R\$ 550 milhões em subvenção, valor 37,5% superior a esse ano. “Estamos confiantes que conseguiremos aumentar esses recursos, na medida do possível”, diz Geller. “Vamos trabalhar para isso.”

**Fonte:** [Dinheiro Rural](#), em 09.10.2017.